

COORDENADORES:

FREDERICO
AMADO

MARCELO
BORSIO

AUTOR:

MARCELO BORSIO

**DIREITO PENAL
PREVIDENCIÁRIO
TEORIA E PRÁTICA**

COLEÇÃO PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA

2015

 EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Antonio Gidi, Eduardo Viana, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Caeté Coelho (caete1984@gmail.com.br)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I	
ORDENAMENTO JURÍDICO E SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL.....	23
1. Os subsistemas da seguridade social: previdência social, assistência social e saúde.	26
2. O regime geral de previdência social.....	29
2.1. Custeio previdenciário: contribuições previdenciárias como objeto de crimes.....	31
2.2. Os benefícios previdenciários como objeto de fraude ou artil de crimes..	38
3. Sistemática de apuração previdenciária.....	44
3.1. Da fiscalização e arrecadação.....	45
3.2. Pagamento de benefícios e controle na concessão.....	47
3.3. Enfraquecimento financeiro do sistema.....	49
3.4. Apuração de fraudes previdenciárias	50
CAPÍTULO 2	
CRIMES PREVIDENCIÁRIOS.....	53
1. Histórico legal.....	53
2. Dos crimes no custeio previdenciário.....	55
2.1. Apropriação indébita previdenciária	55
2.1.1. Denominação	56
2.1.2. Prisão por dívida.....	56
2.1.3. Bem jurídico tutelado	57
2.1.4. Sujeito ativo e sujeito passivo do delito.....	57
2.1.5. Tipicidade.....	62
2.1.6. Relevância do desconto no delito.....	66
2.1.7. Animus rem sibe habendi.....	69
2.1.8. Demais delitos do tipo.....	73
2.1.9. Crime continuado	74
2.1.10. Exaurimento da esfera administrativa para a persecução penal ...	76
2.1.11. Princípio da insignificância.....	77

2.1.12.	Efeitos do parcelamento no delito.....	79
2.1.13.	Perdão judicial.....	82
2.2.	Sonegação previdenciária.....	82
2.2.1.	Bem jurídico tutelado.....	83
2.2.2.	Sujeito ativo e sujeito passivo do delito.....	84
2.2.3.	Tipicidade.....	84
2.2.4.	Espécies de omissão no delito.....	87
2.2.5.	Exaurimento da esfera administrativa para persecução penal.....	88
2.2.6.	Princípio da insignificância.....	89
2.2.7.	Efeitos dos parcelamentos no delito.....	89
3.	Dos crimes nos benefícios previdenciários.....	91
3.1.	Falsificação previdenciária.....	91
3.2.	Estelionato previdenciário.....	96
4.	Crimes de fraude a sistemas.....	104
4.1.	Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	104
4.2.	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.....	105
5.	Delitos previdenciários consumados à luz dos princípios da lesividade/ ofensividade.....	106
5.1.	Teorias e estruturas do delito.....	106
5.2.	Da materialização do fato.....	110
5.3.	Princípio da ofensividade/lesividade.....	111
5.4.	Os crimes previdenciários e sua ofensa aos bens jurídicos tutelados ante as modernas teorias do delito.....	116

CAPÍTULO 3

INSTITUTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	121	
1.	As penas: origem e evolução.....	122
2.	Justificativas tradicionais para imposição de pena e suas críticas.....	125
3.	As finalidades da pena nos crimes previdenciários.....	126
4.	Histórico da extinção da punibilidade pelo pagamento de crédito tributário.....	127
5.	Causas especiais de extinção da punibilidade.....	128
6.	Aplicação nos crimes previdenciários.....	132
6.1.	Do custeio.....	132
6.1.1.	Da suspensão da pretensão punitiva como precedente para a extinção da punibilidade pelo pagamento integral de parcelamentos.....	136
6.1.2.	Evolução da jurisprudência acerca da extinção da punibilidade para crimes contra a ordem tributária.....	138
6.2.	Dos benefícios previdenciários.....	139

CAPÍTULO 4

REPARAÇÃO DO DANO	141
1. Reparação do dano no direito penal	141
2. Reparação do dano como “terceira via”	145
3. Reparação do dano e direito comparado	156
3.1. Estados unidos.....	156
3.2. Inglaterra.....	157
3.3. Alemanha	157
3.4. Itália.....	158
3.5. Espanha.....	158
3.6. Brasil	159
4. Reparação do dano como política criminal.....	161
5. Reparação do dano: abolição do direito penal?.....	164

CAPÍTULO 5

APLICAÇÃO DA TERCEIRA VIA DE CLAUS ROXIN (REPARAÇÃO DO DANO) COMO FORMA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (DESPENALIZAÇÃO) NO ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO.....	171
1. Política criminal em contraponto à pena de prisão.....	171
2. Uma questão de analogia à luz da previdência social.....	179
2.1. Analogia e direito penal	179
2.2. Analogia e direito penal previdenciário	180
3. Lógica – tabela verdade – modus tollens – não é benefício previdenciário o recebido em fraude.....	183
4. Da não-necessidade da aplicação da pena e o tratamento diferenciado entre os delitos do custeio previdenciário e o estelionato previdenciário – a visão de cesare beccaria.....	185
4.1. A não-necessidade de aplicação de pena no estelionato previdenciário praticado por beneficiário que repara o dano e a corrente minimalista penal.....	185
4.2. O contraditório tratamento previdenciário entre o crime de custeio e o estelionato previdenciário com base na mesma contradição do direito previdenciário em si.....	188
4.3. Isonomia entre garantida extinção da punibilidade em crime de custeio também para beneficiários que cometem estelionato previdenciário – reparação do dano	191
4.4. A justiça penal e a pena só para alguns: a visão de cesare beccaria.....	194
5. Efeito penal (prospecção lege ferenda) cível e administrativo.....	199
5.1. Quanto aos efeitos penais ante a reparação do dano.....	200
5.2. Quanto aos efeitos civis ante o estelionato previdenciário	203
5.3. Quanto aos efeitos administrativos.....	210

CAPÍTULO 6**PRÁTICA NOS PROCEDIMENTOS ADVOCATÍCIOS JUNTO ÀS INVESTIGAÇÕES**

DE DELITOS PREVIDENCIÁRIOS	213
1. Juntada de provas.....	213
2. Requerimento de instauração de inquérito	214
3. Impetração de habeas corpus.....	217
 CONCLUSÃO.....	 221
 REFERÊNCIAS	 233
 ANEXOS.....	 241